Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Negociações para liberação de emendas em ritmo lento..... 3

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

Sob Motta e Alcolumbre, governo acentua crise com Congresso e contabiliza derrotas
..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

1988- A Constituição que resistiu aos golpes do tempo..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

É preciso seriedade no debate sobre ajuste fiscal (Artigo)..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo tenta afinar calendário para votar pacote fiscal e novo IR..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Apagões" na máquina pública podem vir antes do previsto (Editorial)..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Antes da ressaca do IOF, previdência já perdia ritmo..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
SEGURIDADE SOCIAL

Tributação em ativos com perfil de longo prazo - CONSULTÓRIO FINANCEIRO..... 16

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Impacto da guerra no Oriente Médio faz Lula insistir em reforma de conselho da ONU -
COLUNA DO ESTADÃO..... 18

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil envelhecido terá mais do que o dobro de beneficiários de BPC até 2060, projeta o
governo..... 19

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

CONFLITOS - APOSENTADOS..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado financeiro fica mais apreensivo..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

O juro a 15%, o efeito sobre o câmbio e o impacto fiscal - SERGIO LAMUCCI..... 26

Segunda-Feira, 23 de Junho de 2025

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Petróleo dispara com bombardeios e pode travar baixas de juros.....28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Agro não salva produtividade da estagnação no 1- tri..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Crescimento do Brasil ainda é vantagem, mas país precisará passar por reformas..... 32

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ECONOMIA

Entrada dos EUA na guerra eleva incertezas.....34

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ECONOMIA

Renúncias fiscais beneficiam a economia local.....35

Negociações para liberação de emendas em ritmo lento

» **ISRAEL MEDEIROS**

Depois de ser cobrado pela cúpula do Congresso no início de junho, o governo começou a abrir os cofres para pagar as emendas parlamentares referentes ao Orçamento de 2025. A modalidade é essencial para que o Executivo consiga o apoio do Legislativo para aprovar pautas que poderão fazer a diferença no jogo eleitoral do ano que vem, mas a liberação de valores referentes a este ano ainda está em ritmo lento.

O governo tem priorizado as emendas de anos anteriores, já que valores bilionários ficaram "pendurados" no ano passado por causa das exigências de transparência do Supremo Tribunal Federal. Já foram pagos R\$ 6,7 bilhões referentes a anos anteriores, sendo R\$ 3,2 bilhões em emendas individuais; R\$ 2 bilhões de bancadas estaduais; R\$ 1,3 bilhão de emendas de comissão e outros R\$ 294,9 milhões remanescentes das antigas emendas de relator (RP9), que foram derrubadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Já para este ano, dos R\$ 50,4 bilhões previstos (sendo R\$ 25 bilhões de pagamento obrigatório), só foram pagos R\$ 5,1 milhões até 18 de junho. O total empenhado (reservado) foi de R\$ 775,9 milhões. A demora para liberar valores deste

ano tem a ver não só com as emendas de anos anteriores, mas também com a aprovação tardia do Orçamento, em março. Via de regra, o Orçamento deveria ser aprovado até dezembro.

Até 18 de junho, apenas um grupo pequeno de parlamentares com emendas apresentadas este ano tiveram suas indicações empenhadas ou pagas. Os dois que lideram a lista de mais empenhos são senadores influentes: Eduardo Braga (MDB-AM), com R\$ 12,5 milhões; e Angelo Coronel (PSD-BA), com R\$ 9,9 milhões.

Ambos já foram relatores do Orçamento da União, sendo que Coronel relatou a peça orçamentária deste ano. Também relataram, em algum momento, algum texto da implementação da **reforma tributária**, além de ter bom trânsito junto ao governo Lula, o que pode facilitar acordos pela liberação dos recursos.

No ranking de empenho, há também os deputados

Coronel Assis (União Brasil-MG), com R\$ 8,7 milhões; Lázaro Botelho (PP-TO), com R\$ 8,2 milhões; Luciano Amaral (PSD-AL), com R\$ 7,6 milhões; Afonso Florence (PT-BA), com R\$ 7,5 milhões; Fausto Santos Jr. (União Brasil-AM), com R\$ 7 milhões; Túlio Gadêlha (Rede--PE), com R\$ 6,9 milhões; Aluisio Mendes (Republicanos-MA), com R\$ 6,5 milhões; e Marreca Filho (PRD-MA), com R\$ 6,3 milhões.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7498/23-06-2025.html?all=1>

Sob Motta e Alcolumbre, governo acentua crise com Congresso e contabiliza derrotas

Por Lauriberto Pompeu - Brasília

Quatro meses após a troca nos comandos da Câmara e do Senado, o governo ainda não conseguiu avançar com pautas consideradas prioritárias para este ano e observa um afastamento da nova cúpula do Congresso. Eleitos com o apoio do Palácio do Planalto em fevereiro, tanto o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) quanto o senador Davi Alcolumbre (União-AP) foram responsáveis por conduzir votações que resultaram em derrotas amargas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada. Para o entorno do petista, o movimento é reflexo das articulações eleitorais de caciques do Centrão, que já indicaram a intenção de apoiar uma candidatura de oposição em 2026.

No caso de Motta, integrantes do PT avaliam que há influência principalmente do presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), e do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) na mudança de discurso do atual chefe da Casa. Ciro, que foi ministro da Casa Civil no governo Bolsonaro, é considerado um mentor da entrada de Motta na política, enquanto Lira foi o responsável por selar o acordo que alçou o deputado como seu sucessor. Aliados de Motta refutam essa avaliação e dizem que ele representa um conjunto maior de forças políticas. Procurado, ele não comentou. Ciro e Lira também não responderam.

Os dois integrantes do PP encabeçaram as negociações para a formação da federação com o União Brasil, que reúne 109 deputados e 14 senadores, o maior bloco do Congresso. O grupo tem se alinhado à oposição e esteve à frente, por exemplo, do enfrentamento às medidas anunciadas pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) para compensar o recuo em parte do aumento no Imposto de Operações Financeiras (IOF).

Após a nova federação se posicionar oficialmente de forma contrária às medidas, Motta levou ao plenário um requerimento para acelerar o projeto que derruba o decreto do IOF, aprovado pelo expressivo placar de 346 a 97 votos na segunda-feira passada.

O mau humor com o governo foi acirrado pelo ritmo lento com que as emendas parlamentares têm sido liberadas neste ano. Com o Orçamento aprovado apenas em março pelo Congresso, pouco mais de

1,5% dos R\$ 50 bilhões previstos havia sido empenhado até a sexta-feira passada, o equivalente a R\$ 776 milhões. O empenho é a primeira etapa para que os valores sejam pagos.

É creditado também a Lira e Ciro o incômodo de Motta com o atraso. O presidente da Câmara chegou a reclamar publicamente e cobrar mais agilidade do governo, afirmando que "praticamente nenhuma emenda" havia sido paga no primeiro semestre. Já em relação a Alcolumbre, a avaliação de aliados do governo é que, embora mais próximo a Lula do que Motta, ele precisa atender também à sua base no Senado. Bancadas de siglas como PP, União Brasil e Republicanos têm, proporcionalmente, mais integrantes de oposição do que na Câmara, o que pressiona o senador.

Após o revés na votação na Câmara na última segunda-feira, o governo sofreu novas derrotas no dia seguinte com a derrubada de uma série de vetos de Lula pautados por Alcolumbre na sessão do Congresso. Entre eles o que excluía a previsão de contratação de usinas geradoras de energia da lei que regulamenta instalação de equipamentos para energia eólica em alto mar (offshore). Na prática, a medida deve aumentar a conta de luz, o que é visto no Planalto como fator que pode afetar negativamente a popularidade do presidente.

Ao fim da sessão, Alcolumbre ainda leu o requerimento para criar a CPI do **INSS**, que deve abrir um novo flanco de desgaste a Lula no segundo semestre.

A avaliação entre parlamentares é que o cenário hoje é mais adverso ao governo do que quando a dupla Arthur Lira e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) dava as cartas no Legislativo. Eles citam que antes ainda havia interesse em uma aproximação com Lula para ocupação de cargos no Executivo, mas a baixa popularidade do petista e a tentativa da centro-direita de lançar uma candidatura alternativa no ano que vem têm afastado siglas como PP, União Brasil, PSD e MDB do Planalto.

Eles mencionam ainda, como exemplo, o apoio que Lira e Pacheco davam ao governo na pauta econômica, o que não vem se repetindo na atual gestão. Nenhuma das 25 prioridades apresentadas por

Haddad no início do ano foi votada.

congresso-e-contabiliza-derrotas.ghtml

- Claramente é um quadro de distanciamento já focado em 2026. Está claro que o caminho político é completamente dissociado do PT. A grande maioria da centro-direita e da direita brasileira vai estar em outro palanque em 2026 - disse o deputado Mendonça Filho (União-PE), da Executiva Nacional do partido.

Um dirigente do Centrão próximo a Motta avalia que tanto ele quanto Alcolumbre representam um conjunto de forças políticas e que seus movimentos não podem ser interpretados como individuais. O entendimento é que a maioria dos partidos tem buscado se afastar do governo e, por conta disso, os chefes das duas Casas têm o papel de representar esse sentimento atual do Congresso.

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e vice-líder do governo, Otto Alencar (PSD-BA), por outro lado, minimiza as adversidades enfrentadas pelo Executivo.

- Todos os presidentes da República cederam em veto. O governo não acabou, o governo continua, Lula está vivo e vai ser reeleito - disse.

O clima hostil enfrentado pelo governo no Congresso nas últimas semanas contrasta com a relação amistosa nos primeiros meses da nova cúpula das Casas. Ainda que fizesse acenos à oposição, Motta vinha até então evitando discursos contra o Planalto.

O presidente da Câmara deu uma série de declarações em apoio a propostas prioritárias do governo, como o projeto que eleva a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a PEC da Segurança Pública. Nenhuma delas avançou até agora.

No caso de Alcolumbre, a pauta de votações esvaziada no Senado também deixou em segundo plano propostas que são consideradas prioritárias pelo governo. Uma delas é o projeto que regulamenta a **Reforma Tributária**. O texto ainda não avançou e segue em discussão na CCJ da Casa.

Além disso, Alcolumbre travou a sabatina de uma série de indicações do governo para agências reguladoras por conta de uma queda de braço com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Apesar dos apelos de Lula por um acordo, a situação segue indefinida. Procurado, o presidente do Senado não se manifestou.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/06/23/sob-motta-e-alcolumbre-governo-acentua-crise-com->

1988- A Constituição que resistiu aos golpes do tempo

» **VANILSON OLIVEIRA**

A instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em fevereiro de 1987, simbolizou a transição de um país marcado pela repressão para uma nação em busca de reconstrução institucional. Era o ponto de partida para o redesenho do Estado brasileiro após duas décadas de autoritarismo. A censura à imprensa, o controle dos sindicatos e a repressão aos movimentos sociais ainda eram lembranças vívidas no imaginário coletivo. Mas havia, naquele início de transição, um sopro de esperança, a promessa de reconstruir o país sobre novas bases democráticas. Bases que precisam ser reforçadas para que tudo que foi construído ao longo dos últimos 40 anos não se perca, como quase vivenciamos na tentativa de golpe de Estado, orquestrado, segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), em que o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais 33 são acusados de participação.

O estopim da redemocratização fora a campanha pelas Diretas Já, derrotada no Congresso, mas vitoriosa no inconsciente popular. Na sequência, a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, com apoio da dissidência governista reunida na Frente Liberal, selou a derrota simbólica do regime. Embora a morte precoce de Tancredo, às vésperas da posse, tenha mergulhado o Brasil em incerteza, o processo democrático seguiu adiante. Coube ao vice-presidente José Sarney, egresso do regime militar, mas convertido ao diálogo, assumir a Presidência e convocar a Constituinte. Mais do que isso, garantiu autonomia aos parlamentares, estabelecendo as bases para o que viria a ser um novo pacto nacional.

A Constituição de 1988 não nasceu de uma ruptura brusca, mas de uma transição cuidadosamente negociada entre forças civis e militares. Foi resultado de uma pac-tuação pragmática, construída na confluência entre a vontade popular e os limites **impostos** pela correlação de forças da época. O próprio presidente Sarney reconheceu, em entrevista recente ao Correio, no evento Democracia 40 anos: Conquistas, Dívidas e Desafios, que a Constituinte foi "o ponto culminante de um pacto pela estabilidade democrática". E mesmo sob ataques, a Carta se manteve como a espinha dorsal das instituições brasileiras.

Um dos relatores da Comissão de Sistematização na

Constituinte, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim declarou que a Constituição "foi um trabalho complexo, com muita disputa, mas necessário". O texto final consagrou avanços históricos, como a ampliação dos direitos sociais, a universalização do acesso à saúde e à educação, a valorização da dignidade humana e a limitação do poder estatal. Mas esses dispositivos nasceram de longas e complexas negociações.

Para o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG), neto de Tancredo Neves, o processo liderado por Ulysses Guimarães contou com "homens de coragem e visão institucional", capazes de superar interesses pessoais em nome do pacto coletivo que daria origem à chamada Constituição Cidadã. "Foi a mais bem executada obra de engenharia política da história contemporânea do Brasil" afirmou o deputado.

A ex-governadora do Distrito Federal Maria de Lourdes Abadia, uma das 26 mulheres constituintes, também relembra a singularidade daquele momento. Eleita deputada federal pelo Distrito Federal, Abadia rompeu o ciclo elitista da política nacional e participou ativamente dos debates constituintes.

"Foi uma bênção, um aprendizado e uma oportunidade única de você sair lá da Ceilândia para poder ajudar a escrever a Constituição do Brasil", lembrou.

O senador Paulo Paim, à época deputado federal, foi um dos responsáveis pelas conquistas fundamentais para os trabalhadores, como o direito à greve, à redução da jornada de trabalho, à valorização do salário mínimo e a inclusão de pautas sociais estruturantes, como previdência, saúde, proteção aos idosos e combate ao racismo. Ele citou as chamadas cláusulas pétreas, que garantem o Estado Democrático de Direito, os direitos individuais, sociais e coletivos. "Esses pontos não podem ser alterados por nenhuma emenda constitucional. A sabedoria da época nos levou a colocar isso no texto justamente para blindar o coração da Constituição contra retrocessos. Ulysses Guimarães dizia: discordar, dialogar, discutir é legítimo - afrontar a Constituição, jamais. E é isso que sigo defendendo", destacou o senador.

Lobby do batom

Durante os intensos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, o pequeno grupo de mulheres parlamentares decidiu que não seriam coadjuvantes. Em um Congresso amplamente masculino, com apenas 26 mulheres entre os mais de 500 constituintes, nasceu o chamado Lobby do Batom, uma articulação apartidária e histórica que garantiu a presença feminina de forma combativa e estruturada na formulação da nova Carta Magna.

O nome, inicialmente usado de maneira pejorativa por colegas homens, foi ressignificado pelas parlamentares como símbolo de resistência, unidade e enfrentamento ao machismo estrutural que atravessava os corredores do poder. "A

primeira coisa que nós fizemos foi criar o Lobby do Batom. Foi uma reunião histórica em que combinamos que, independentemente de partidos, ideologias ou religiões, nós agiríamos integradas", relembra Maria de Lourdes Abadia.

Abadia, que anos depois se tornaria a primeira governadora do Distrito Federal, destaca que a primeira reivindicação do grupo ilustra bem o simbolismo do momento. "Pedimos uma reunião com o doutor Ulysses Guimarães solicitando a construção de um banheiro feminino no plenário. O Oscar Niemeyer só tinha projetado banheiros masculinos. Foi um choque até para o Ulysses, que não tinha conhecimento do fato" contou.

Apesar do número reduzido, a bancada feminina deixou legados importantes no texto constitucional, indo muito além das pautas específicas de gênero. "Eles (deputados) pensavam que a gente só ia trabalhar nas questões das mulheres. E não foi. Nós trabalhamos em todo o texto da Constituição brasileira. Mas, claro, dando uma conotação especial às mulheres", ressaltou Abadia. Segundo ela, as parlamentares atuaram como "captadoras de sonhos das mulheres brasileiras, representando pescadoras, professoras, médicas, empresárias, trabalhadoras do sal e mães chefes de família".

Entre as conquistas diretamente atribuídas à atuação do Lobby do Batom, está a inclusão da igualdade entre homens e mulheres no artigo 5º da Constituição. "Eu acho que foi o carro-chefe. Dizer que homens e mulheres são iguais perante a lei deu uma balança muito grande, porque a nossa lei era discriminatória", afirmou a ex-governadora do DF. Ela mesma apresentou uma emenda para que mulheres pudessem ser portadoras da escritura de um lote ou terreno, inspirada por sua experiência de 16 anos atuando em Ceilândia. "Eu

vivi os conflitos. Já vi marido puxando cabelo de

mulher para poder trocar o nome do lote. E hoje, as mulheres que não são casadas têm direito de ter não só a chefia da família, como também o terreno em seu nome".

O grupo também teve papel decisivo na formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente e nas bases da defesa do consumidor. Apesar das vitórias, Abadia reconhece que a luta por igualdade ainda não foi plenamente vencida. "As mulheres tiveram um certo empoderamento, mas não é total. Ainda temos mulheres com o mesmo curso e a mesma profissão ganhando menos do que os homens. As conquistas vão sendo obtidas com o tempo, mas ainda falta muito".

Abadia lamenta, no entanto, que muitos dos avanços não tenham sido plenamente aplicados. "Hoje, vejo com tristeza o tanto de emendas, a quantidade de artigos desrespeitados. Quando vejo as brigas no Congresso, as agressões, penso em como o doutor Ulysses estaria triste" A ex-governadora defende que a democracia evoluiu, mas não de forma plena. "Naquela época, não existiam redes sociais. As mulheres se empoderaram, sim, mas ainda ganham menos, mesmo com a mesma formação. É uma construção, é um processo. Ainda não chegamos aonde precisamos".

Democracia sob tensão

Quatro décadas após a promulgação da Constituição de 1988, a democracia brasileira enfrenta um paradoxo inquietante. Embora as instituições tenham resistido a crises profundas - como dois processos de impeachment e uma tentativa de golpe em 2023 -, a degradação do debate público e o descrédito nas lideranças políticas sinalizam um esgotamento do pacto democrático firmado na Constituinte.

Sobre os atos de 8 de Janeiro, todos os parlamentares e ex-parlamentares são unânimes em dizer que quem praticou e destruiu o patrimônio público precisa ser punido. Mas as punições precisam ser justas e de acordo com o crime cometido, de forma individual.

Para Abadia, o país está perdendo os fundamentos que sustentam a convivência democrática. "Hoje você praticamente tem um país dividido. Dois grupos que não se ouvem, não se respeitam. Uma impaciência geral, uma falta de compreensão sobre o que é democracia", lamenta.

O senador Paim citou o uso das Forças Armadas pelo governo anterior, com um grande erro. "Em vez de defenderem o Estado e a democracia, como determina a Constituição, houve tentativa de interferência política - o que só poderia dar errado", comentou, ressaltando

que, atualmente, elas voltaram ao seu papel institucional. "Estão dando exemplo. No governo do presidente Lula, não houve conflito com os militares. O diálogo prevaleceu. E esse diálogo é essencial para mantermos a democracia sólida e em preparação para as eleições de 2026" frisou.

Para o historiador Daniel Aarão Reis, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e especialista em regimes autoritários, a radicalização recente revela uma ruptura na cultura democrática que deveria ter sido sedimentada nas últimas décadas. "A democracia é frágil, sobretudo quando não se constrói uma memória compartilhada sobre os erros do passado. O Brasil nunca enfrentou com profundidade o legado da ditadura militar, e por isso certas ideias autoritárias voltaram a ganhar fôlego" avaliou.

Na mesma linha, José Sarney, que presidiu o país durante a Constituinte, afirmou que "o momento

atual exige vigilância". Para ele, o país vive "tensões entre os Poderes e uma sociedade contaminada pela intolerância e pela radicalização digital", mas, ainda assim, sustenta que a Carta de 1988 "permanece como nosso maior baluarte institucional".

Diálogo x ódio

Ao longo da série de entrevistas realizadas para esta reportagem, um fio condutor se revelou com clareza: o contraste entre o espírito conciliador da Assembleia Constituinte de 1987-1988 e a cultura de embate agressivo que se instalou na política brasileira nas últimas décadas. Essa degradação do debate público não é percebida apenas nos discursos inflamados nas tribunas do Congresso ou nas redes sociais, mas na própria lógica que move a atuação parlamentar - cada vez mais refém de algoritmos e nichos ideológicos.

Maria de Lourdes Abadia destacou a perda da elegância institucional como um dos sintomas mais visíveis do adoecimento democrático. "Na Constituinte, havia um cavalheirismo. Existia tolerância. Hoje, os discursos são cheios de ódio, de rancor, de fake news. É uma pena o que se tornou a política brasileira", afirmou.

Para ela, os embates ideológicos da época de Ulysses Guimarães, Pedro Simon, Jarbas Passarinho e Mário Covas ocorriam "com respeito, com educação, com foco no país". Hoje, segundo suas palavras, "o político fala para o seu grupo, para os seus seguidores, não mais para o Brasil". Esse diagnóstico foi compartilhado pelo deputado federal Aécio Neves, que apontou a radicalização como um veneno que contaminou o parlamento. "O plenário da Câmara virou um ambiente insalubre. Os extremos se digladiam para ganhar mais

likes, e quem ataca mais é quem mais recebe apoio nos seus extremos. Isso é muito triste para a política" declarou. Ex-presidente da Casa, Aécio vê com preocupação a substituição do embate racional por estratégias de marketing digital - que, segundo ele, têm como combustível principal o confronto e a caricatura.

O ex-senador Cássio Cunha Lima também atribui parte da responsabilidade à incapacidade de o Estado de oferecer respostas às desigualdades. "A democracia prometeu resolver as injustiças sociais. Venceu a ditadura, venceu a **inflação**, mas não entregou dignidade ao povo. Isso gerou frustração e abriu espaço para o extremismo" analisou. Para ele, a radicalização atual nasce do esgotamento do modelo político e da hipertrofia de um Estado que, "em vez de ser alavanca do desenvolvimento, virou âncora".

A ascensão de figuras como, Donald Trump, Javier Milei e Jair Bolsonaro também foi objeto de avaliação pelos entrevistados. Aécio Neves enxerga uma repetição de padrões: "No Brasil e no mundo, o vácuo da política moderada está sendo ocupado por discursos extremos. É um fenômeno global, mas com causas locais distintas. O risco é que essa retórica do "nós contra eles" acabe substituindo o pacto democrático"

Já Maria de Lourdes Abadia, com o olhar de assistente social e mulher pública, acredita que os políticos "não estão respondendo ao que é essencial para a humanidade" Para ela, a crise de representatividade é mundial: "A esquerda não conseguiu cumprir o que prometeu. A direita não tem solução. E a população, perdida, começa a buscar respostas em extremos que, na verdade, não têm projeto para o povo".

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7498/23-06-2025.html?all=1>

É preciso seriedade no debate sobre ajuste fiscal (Artigo)

Cláudio Adilson Gonçalves

Cláudio Adilson Gonçalves Economista e diretor-presidente da Vértice Macroeconomia, foi cofundador da MCM Consultores, consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

No período de 2008 a 2024 tivemos as seguintes evoluções das despesas primárias, como proporção do **PIB**: pessoal (ativos e inativos) caiu de 4,3% para 3,1%; transferências sociais (Bolsa Família, abono salarial, seguro-desemprego e o BPC) subiram de 1,1% para 3,3%; **Previdência Social** subiu de 6,4% para 7,9%; já demais despesas obrigatórias subiram pouco, de 2,5% para 2,8%; e, finalmente, as despesas discricionárias, nas quais se concentram todos os investimentos públicos, caíram de 2,4% para 1,6%.

Os números deixam claro que qualquer ajuste na despesa da União precisa reduzir, ou no mínimo conter, o crescimento, como proporção do **PIB**, das transferências sociais e dos benefícios previdenciários, que juntos responderam por 3,7% do **PIB** do aumento dos gastos primários nos últimos 16 anos. Em 2008, o governo federal gerou superávit primário de 2,3% do **PIB**; em 2024, registrou déficit de 0,4% do **PIB**.

Revisão dos programas de transferência de renda e nova reforma da Previdência são temas sensíveis politicamente.

Mas sem endereçar essas questões, principalmente a **Previdência Social**, cujo buraco tende a crescer com o envelhecimento da população, não se está falando sério sobre cortes de gastos.

A tão decantada reforma administrativa, que é necessária para a maior eficiência dos serviços públicos, tem pouco poder de redução de gastos, algo da ordem de R\$ 1 bilhão a R\$ 3 bilhões por ano. Observe-se que a despesa com pessoal, como proporção do **PIB**, vem caindo ao longo do tempo.

As desvinculações dos gastos em saúde e educação das receitas e do piso da previdência ao salário mínimo são medidas corretas, mas não são as balas de prata que resolverão o buraco fiscal.

Outro discurso genérico, de fácil aceitação, é de que a

carga tributária brasileira é uma das mais altas do mundo, e que o ajuste fiscal deve concentrar-se apenas na redução de gastos.

Os números já citados aqui mostram que isso é quase impossível.

A carga tributária, como proporção do **PIB**, é alta porque o Brasil optou por um sistema de saúde gratuito e universal, educação pública gratuita desde o ensino fundamental ao superior e arrojados, embora nem sempre eficientes, programas de transferência de renda. Como não há almoço grátis, isso tem de ser financiado por **tributos** e/ou por aumento da dívida pública.

Há também uma tendência de perda de receita, que precisa ser revertida. No período 2005 a 2010, a arrecadação líquida federal foi, em média, de 19,0% do **PIB**; em 2024, arrecadou-se 18,4%, a despeito do crescimento contínuo dos gastos obrigatórios.

A forte resistência do Congresso Nacional a qualquer retirada de indefensáveis privilégios tributários deixa claro que o ajuste fiscal vai muito além do desejo de quem estiver ocupando a cadeira de presidente da República, qualquer que seja sua orientação ideológica. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo tenta afinar calendário para votar pacote fiscal e novo IR

Renan Truffi e Sofia Aguiar

Apesar dos sucessivos reveses no Congresso, o Palácio do Planalto trabalha para afinar um calendário de votações com o Parlamento, tendo como prioridades o pacote fiscal e o projeto de isenção do Imposto de Renda (IR). A ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI),

Gleisi Hoffmann, disse ao Valor que a gestão tenta acelerar a análise das propostas até o recesso parlamentar, em julho, mas admite que a negociação das medidas que integram o pacote pode ficar para o segundo semestre.

"Nós queremos [votar o pacote fiscal] o mais rápido possível. É muito importante. Eu não sei se dá para aprovar no primeiro semestre. Não sei se em duas semanas a gente consegue, ainda mais que tem [festas de] São João. Isso tudo também impacta no calendário", afirmou a ministra.

Pivô de uma crise com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o pacote fiscal enfrenta forte resistência entre parlamentares. Motta tem afirmado que o Congresso não vai mais aceitar alta de **impostos** para garantir o equilíbrio das contas públicas e cobra do governo medidas estruturantes. A aprovação da urgência para votação do projeto que derruba o decreto de reajuste do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), na semana passada, teria sido um "recado claro" nesse sentido.

Em busca de uma pauta positiva, o governo espera avançar, nas próximas semanas, com a tramitação do projeto que isenta do IR trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil. A medida é uma das apostas da gestão Lula 3 para reverter a queda de popularidade.

A proposta está sob os cuidados do relator Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Câmara. Recentemente, Gleisi se reuniu com o alagoano no Palácio da Alvorada para discutir esse calendário. A intenção de ambos os lados é construir um ambiente para que o texto seja votado na comissão até a primeira semana de julho. Com isso, o texto ficaria pronto para ser apreciado diretamente no plenário da Câmara antes do recesso.

"O ideal para nós seria votar [a isenção do IR] em

plenário até a entrada em recesso do Congresso, que aí já vai para o Senado para que a gente possa aprovar no segundo semestre", disse Gleisi.

A lista de prioridades do Planalto também inclui a chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, principal bandeira do governo para tentar controlar a criminalidade e o avanço das facções criminosas. De acordo com a ministra, já houve uma conversa preliminar com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Paulo Azi (União-BA), para falar sobre o projeto.

"Ele [Azi] falou que o calendário para votar a constitucionalidade [da PEC] é até o início de julho. Isso é importante, porque daí já monta a comissão especial", contou Gleisi ao Valor.

Outros três temas completam as prioridades do governo Lula: as medidas provisórias da reforma do setor elétrico, do consignado privado e, por último, do fundo social do pré-sal.

A reforma do setor elétrico entrou para o rol de preclileções do Executivo por conta de seu apelo popular, já que carrega, em seu bojo, a gratuidade na conta de luz para 60 milhões de brasileiros.

Em função disso, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) trabalha no lançamento de uma campanha publicitária sobre o benefício, que deve circular nas redes sociais e nas emissoras de rádio e TV nos próximos dias. "Luz do Povo" foi o nome escolhido pelo governo para apresentar o novo formato do programa Tarifa Social.

No caso da MP do Fundo Social, o governo admite nos bastidores que poderá anexar o texto da medida provisória ao projeto de lei (PL) que autoriza o leilão do petróleo de áreas adjacentes às do pré-sal. O objetivo seria justamente facilitar a tramitação de ambos os projetos. Além disso, o PL em questão é importante também para a equipe econômica, pois tem potencial de arrecadar cerca de R\$ 15 bilhões.

Chama atenção, por outro lado, a ausência da reforma administrativa na lista de prioridades do Planalto. A proposta tem recebido atenção especial do presidente da Câmara, mas não deve obter o mesmo de Gleisi, como sinalizou, recentemente, a ministra ao Valor. "Se

“você me perguntar se o governo vai querer fazer uma grande reforma, não está no nosso radar. Já fizemos algumas grandes reformas nos últimos tempos. Então também tem que dar um tempo para que isso possa ter impacto na realidade. Agora, buscar medidas de eficiência administrativa, o governo não é contra, vai colaborar”, afirmou.

A lista de prioridades do governo pode esbarrar, contudo, no calendário do Congresso. Nesta semana, muitos parlamentares deverão votar projetos de maior consenso - mesmo assim, de forma remota, devido às festas de São João no Nordeste. E, na próxima semana, dezenas de congressistas também estarão em Portugal, para um evento com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188239?page=20§ion=1>

"Apagões" na máquina pública podem vir antes do previsto (Editorial)

O governo federal poderá ficar sem recursos para cumprir parte de suas funções públicas elementares antes do previsto, já em 2026. Um alerta de que a fatia de recursos livres para gastos discricionários encolhe rapidamente foi dado pelo próprio governo, no anexo IV do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) de 2026. Isso deveria ocorrer em 2027, mas há sério risco de penúria já no ano que vem (Valor, 18-5). É, de qualquer forma, quase uma certeza nos próximos anos se não forem tomadas medidas sérias para controlar despesas e não houver algum aumento de receitas - via cada vez mais obstruída pela reação negativa da sociedade e do Congresso a novas altas de **impostos**.

Descontadas as emendas impositivas e as de comissão, orçadas em R\$ 56,5 bilhões em 2027, e os R\$ 76 bilhões correspondentes à complementação ao mínimo constitucional para saúde e educação, haverá no ano um déficit de R\$ 10,9 bilhões para as despesas de custeio e serviços da máquina pública (água, luz e telefone, fornecimento de passaportes etc). As regras do regime fiscal não poderão ser cumpridas sob risco de paralisia do Estado.

Em 2026, haverá disponíveis R\$ 83 bilhões para as despesas discricionárias (sem emendas, saúde e educação), mas os economistas da consultoria BRCG Matheus Rosa Ribeiro e Livio Ribeiro fizeram as contas e concluíram que pode faltar dinheiro. Há uma folga de apenas R\$ 5,6 bilhões a R\$ 8,7 bilhões - espaço entre o gasto previsto e o mínimo para o Estado funcionar - e, no limite, poderão faltar R\$ 2,2 bilhões no ano que vem. O governo não terá qualquer espaço para contingenciar recursos e terá de cortar despesas ou elevar receitas (Valor, 18-6). A situação piora, e muito, em 2027, quando os economistas calculam que fará falta para manter a máquina pública funcionando de 0,61% a 0,66% do **PIB**, ou de R\$ 89,5 bilhões a R\$ 97,6 bilhões. Os cálculos oficiais dão uma ideia do problema. Pelo PLDO, haverá carência de R\$ 10,9 bilhões em 2027 para cumprir todas as despesas obrigatórias e em 2028, de R\$ 87,3 bilhões.

Além disso, as metas fiscais estão cada vez mais difíceis de serem cumpridas, ainda que o governo mire o piso delas, de -0,25% do **PIB** este ano, ou R\$ 31 bilhões. Com a inclusão dos precatórios, o déficit real será de R\$ 77 bilhões. Em 2026, o governo terá de equilibrar as contas, depois da calculada e conveniente mudança na meta antes mesmo de seu

primeiro ano de vigência, que o livrou de fato da obrigação de obter qualquer superávit primário até o fim do mandato. Para observar as regras que sua equipe elaborou, terá de

conter despesas em pleno ano eleitoral. Não há garantia de que isso vai ocorrer, pelo seu comportamento até agora.

As estatísticas fiscais revelam que a esperança de que o novo regime conduziria aos poucos ao equilíbrio das contas públicas e frearia a evolução do endividamento não passou de miragem. Ele foi criado para abrir espaço para gastos. As virtudes anticíclicas do mecanismo, que garantiria crescimento de gastos quando a economia estivesse se retraindo, foram propaganda. Com a economia em boa forma e a arrecadação batendo recordes, a elevação das despesas foi inconveniente e abertamente procíclica, tendo como efeito a alta da **inflação** e sua resistência à queda. O Planalto não deu e não dá importância a isso porque acredita que o gasto público é o indutor da expansão econômica.

O novo regime poderia se sustentar por mais tempo sobre suas pernas, apesar dos defeitos, mas sucumbiu diante da enorme carga extra que teve de carregar. O aumento real do salário mínimo faz os gastos da Previdência (50% do total), do BPC, auxílio desemprego e abono salarial crescerem bem mais que o permitido pela regra fiscal. A complementação de saúde e educação voltou a ser atreladas à receita, que tem batido recordes. Além disso, e sem repercussão no resultado primário, o Planalto está usando o Fundo Social no BNDES e programas sociais-valor que pulou de R\$ 25 bilhões em 2023 para R\$ 74 bilhões agora (Folha de S. Paulo, 20-6) - e recursos de fundos privados para estimular o crédito.

O governo Lula não quer deixar a economia perder o ritmo, o que precisa acontecer para que a meta de **inflação** seja cumprida. Ao insistir em estímulos diretos e indiretos, fica no pior dos mundos. Paga hoje a segunda maior taxa de juros real do mundo sobre um déficit crescente, uma carga que poderá ultrapassar R\$ 1 trilhão este ano. Pelas projeções oficiais, a dívida bruta chegará ao fim do ano em 78,5% do **PIB** e no fim do mandato, em 2026, a 81,8% do **PIB**, com um acréscimo forte de 9 pontos percentuais em relação a quando Lula assumiu a

Presidência.

A proximidade do calendário eleitoral reforça a fragilidade do governo no Congresso e as dificuldades para corrigir a rota fiscal por meio de aumento das receitas. Em três dias da semana passada, o governo teve uma grande série de reveses legislativos. O aumento do IOF, mesmo atenuado, e o fim da isenção de vários títulos de renda fixa propostos podem ser rejeitados. O governo deveria parar de estimular a economia e rever as medidas que fragilizaram o regime fiscal sob pena de elas o deixarem em pleno ano eleitoral com penúria orçamentária, além de frágil popularidade.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188239?page=20§ion=1>

Antes da ressaca do IOF, previdência já perdia ritmo

Adriana Cotias De São Paulo

Mesmo antes de a ameaça do imposto sobre operações financeiras (IOF) nos aportes dos planos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) entrar no radar, a previdência aberta já perdia tração. Depois de sucessivos anos de resistência aos vaivéns da economia, a foto mais recente aparece nos dados dos fundos que acolhem as reservas do setor. Até o fim de maio, as carteiras do segmento registravam saídas líquidas de R\$ 3,9 bilhões, e no último recorte disponível, de 16 de junho, os resgates chegavam a R\$ 8,9 bilhões - sendo R\$ 4,5 bilhões só neste mês.

As estatísticas são da Anbima, que representa as entidades dos mercados financeiros e de capitais. Na série histórica, que começa em 2006, não aparece nenhum ano negativo. Nos primeiros cinco meses do ano passado, um período de captação atípica, os fundos de previdência tinham atraído R\$ 17,7 bilhões líquidos.

Nos dados da Federação Nacional de Previdência (Fenaprevi), que vão até abril, a captação líquida totalizava R\$ 7,1 bilhões no ano, uma redução de 66,4% em relação ao mesmo intervalo de 2024. A diferença entre um e outro é que os dados de fundos incluem os veículos abertos, fechados e os regimes próprios de previdência (RPPS).

A Fenaprevi evita fazer qualquer relação do fluxo do ano passado com as mudanças na tributação dos fundos fechados exclusivos e restritos, que no fim de 2023 perderam um dos seus principais atributos, o diferimento fiscal a perder de vista, com pagamento de imposto somente na liquidação das estruturas ou nas amortizações anuais.

Com a incidência do come-co-tas, a mordida semestral do Leão, nessas estruturas, nas reorganizações patrimoniais feitas pelas famílias ultrarricas, parcela dos recursos começava a migrar para carteiras exclusivas de previdência. Estas não têm a antecipação tributária e contam com a alíquota mais atraente no longo prazo, de 10% a partir de dez anos de acumulação para quem opta pela tabela regressiva.

Essa porta foi, porém, fechada já em fevereiro de 2024 pelo Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPC), que proibiu a criação de

fundos exclusivos com patrimônio individual ou de núcleo familiar partir R\$ 5 milhões. Parte do dinheiro foi direcionada para os veículos condo-miniais, conforme relataram gestores de fortunas e mesmo alguns executivos do setor de previdência ao longo do ano passado, até pela facilidade de se fazer a sucessão patrimonial, sem inventário.

Agora, com a interrogação sobre o pedágio de 5% de IOF para o excedente de aportes em VGBL acima de R\$ 300 mil neste ano e R\$ 600 mil a partir de 2026, as seguradoras e suas respectivas empresas de previdência têm dificuldades de fazer projeções do que será o segundo semestre.

"Sem dúvida vai ter um freio no ritmo de crescimento da indústria se a medida não for derrubada", dizia Edson Franco, presidente da Fenaprevi, quando o governo apresentou, em 12 de junho, um decreto revisando o aumento do IOF de 22 de maio, mas mantendo a mordida de 5% já na entrada dos recursos na previdência. Qualquer semelhança com a taxa de carregamento que o setor demorou pelo menos uma década para banir terá sido mera coincidência, só que agora o cofre é outro.

"Para se ter uma ideia, nas últimas duas semanas houve uma queda de 80% [nas contribuições do VGBL], algo que não se viu nem no pior período da pandemia", afirmou Franco. O representante da entidade calculava uma perda anual de R\$ 50 bilhões em contribuições para o segmento.

No Congresso, a aprovação do regime de urgência para derrubar o decreto de aumento do IOF é a esperança de uma volta à normalidade, mas esse capítulo ainda precisa ser escrito.

Apesar da produção do setor abaixo de 2024, Marcelo Mello, principal executivo (CEO) da SulAmérica Investimentos, Vida e Previdência, ainda vê um ambiente promissor para o segundo semestre, se o IOF não prosperar. "Um cenário possível é de retomada em níveis próximos ao que se viu no ano passado, acho bem factível porque o crescimento da renda real é o principal gatilho da previdência aberta, não vejo esse deslocamento que acompanhamos nos quatro, cinco últimos meses como uma tendência para 2025", diz. "Há condições de recuperar até em função do arcabouço regulatório mais moderno, a exemplo da

decisão da escolha da tributação progressiva ou regressiva mais para frente."

O ponto de atenção é o IOF, que, "sem dúvida, tira o apetite para o VGBL, que representa 90% da indústria, uma alíquota que incide sobre o principal e não sobre ganhos de capital como em outros investimentos", prossegue Mello. Na SulAmérica, a participação do Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), mais usado por quem é contratado pelo regime CLT e faz a declaração anual completa, no bolo é ligeiramente maior do que se observa na média da indústria, com algo entre 16% e 17%. Até o fim de maio, o executivo conta que a captação tinha crescido cerca de 15%, a R\$ 220 milhões.

Ele credita o freio dos primeiros meses de 2025 no setor ao crédito mais caro num período em que as taxas de juros só subiram. "As pessoas têm dívidas e precisam encontrar a melhor forma de baratear o custo, fazem isso com a reserva livre para diminuir a obrigação", avalia o executivo da SulAmérica. "Num ambiente de taxas menores, os clientes mantêm a disciplina de acumulação, mas quando o custo financeiro sobe, usam um pouco da reserva porque o gasto fica escalado demais."

Em meio a taxas de juros elevadas, com a Selic agora em 15% ao ano, as pessoas ficam com receio de tomar decisões de investimento de longo prazo e isso drena um pouco os recursos da previdência, afirma Rogério Calabria, superintendente de produtos de investimentos do Itaú Unibanco. "De fato, quando se olha a indústria até abril [Fenaprevi] tem uma redução enorme na captação. Mais por 2024 ter sido muito bom do que este ano ser muito ruim."

O executivo afirma que janeiro, que nunca é um mês maravilhoso, foi especialmente fraco quando comparado ao mesmo intervalo de 2024, detratando os dados do primeiro semestre. Os números ainda não refletem todo imbróglio em torno do IOF. "É normal ter uma paralisação", diz Calabria. "Vamos ter que esperar alguns meses para ver o real impacto no VGBL, hoje qualquer projeção é prematura."

Por ora, na rede de agências do Itaú Unibanco e na plataforma Íon, a orientação é não deixar o investidor ultrapassar a barreira de R\$ 300 mil de aportes, porque "não faz sentido", afirma o executivo do Itaú. "É um imposto que o ele paga logo quando investe, isso espanta muito o cliente."

Nos primeiros meses do ano, até abril, o Itaú atraiu R\$ 4,6 bilhões para os planos de previdência, saindo de R\$ 5,8 bilhões no primeiro quadrimestre de 2024. E maio tinha sido um mês positivo para a produção, diz Calabria. "A gente considera os dados bons. Apesar

de a captação ser um pouco menor ainda é forte num cenário muito difícil e incerto." A portabilidade tem sido uma via importante de crescimento, com a oferta consultiva dos especialistas fazendo a diferença.

Os resgates na previdência, de certa forma, refletem as necessidades financeiras da população, algo normal em momentos de oscilação do ambiente macroeconômico, diz Carlos Gondim, diretor executivo da Porto Seguro. "Historicamente, o segundo semestre costuma ter um fluxo maior, respondendo por algo entre 52% e 55% da captação bruta do ano."

O executivo prefere não especular se vai ou não haver IOF punitivo no VGBL. Ele afirma que, apesar de ter uma massa relativamente grande de participantes nos planos de previdência, com 11,2 milhões de pessoas, a parcela em relação à população economicamente ativa é pequena. "Tem muita oportunidade de trazer o que é a previdência para um conjunto maior de pessoas, pensar em como estimular para que de fato se valham do benefício da previdência no planejamento do futuro", diz Gondim. "Mas toda mudança tem impacto, não tenha dúvida, e este momento de indefinição faz com que as pessoas esperem um pouco."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188239?page=20§ion=1>

Tributação em ativos com perfil de longo prazo - CONSULTÓRIO FINANCEIRO

FREDY TAVARES

Quais estratégias fiscais podem ser aplicadas para reduzir a carga tributária em os de longo prazo, como previdência privada ou ações? Hellen Vidal, CFP, responde: A otimização da carga tributária é uma preocupação constante entre os investidores que buscam maximizar seus ganhos e obter retornos mais elevados sobre seus investimentos. Este artigo ajudará a desvendar as regras tributárias de cada tipo de investimento e a aproveitar as vantagens legais para otimizar seus ganhos.

Ao investir em previdência privada, você desfruta de alguns benefícios fiscais, como a alíquota de Imposto de Renda, que pode chegar a 10% ao escolher a tabela regressiva. As alíquotas de IR diminuem com o passar do tempo, iniciando em 35% e chegando a 10% para prazos acima de 10 anos. Se o investidor resgatar

em até 2 anos, a alíquota é de 35%; de 2 a 4 anos, a alíquota é de 30%; de 4 a 6 anos, a alíquota é de 25%; de 6 a 8 anos, a alíquota é de 20%; de 8 a 10 anos, a alíquota é de 15%; e, acima de 10 anos, a alíquota é de 10%.

No caso do plano VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), essa alíquota incide sobre o rendimento, e, para o plano PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), incide sobre o valor total (valor investido mais os rendimentos) no momento do resgate. O PGBL permite a dedução de até 12% da sua renda bruta anual do Imposto de Renda, caso você faça a declaração completa.

O benefício fiscal se aplica ao investidor que atender aos seguintes critérios: ter renda tributável para receber a restituição sobre o aporte ao plano PGBL; contribuir para o **INSS** ou para regime próprio, ou já ser aposentado; e fazer a declaração de IR no modelo completo. Além disso, em

alguns Estados brasileiros, a previdência privada aberta é isenta do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) na transmissão de heranças, tomando esse produto ainda mais atrativo.

Já em relação às ações, se você vendeu ações em um valor total inferior a R\$ 20 mil em um mês, está isento

do pagamento de Imposto de Renda sobre os lucros obtidos com essas vendas. Vale destacar que não se trata de R\$ 20 mil de lucro, mas, sim, do somatório das vendas efetuadas, sendo a isenção aplicada somente às ações e válida para "swing trade".

Já as operações de "day trade" (operações de compra e venda de ações realizadas em um único dia na bolsa de valores) serão tributadas sempre que houver lucro, com alíquota de 20%, independentemente do valor negociado.

Importante destacar que vendas de BDRs (Brazilian

Depository Receipts), ETFs (Exchange Traded Funds, fundos listados em bolsa), opções e fundos imobiliários (sendo que a isenção de IR é válida apenas para pessoas físicas), por exemplo, não entram na regra de isenção de até R\$ 20 mil em negociações. Nesses casos, as operações com lucro são tributadas. A isenção só é válida para as transações com ações.

Por fim, é importante destacar que existe a possibilidade de compensar prejuízos obtidos em operações na bolsa de valores, o que pode reduzir significativamente o imposto devido. No entanto, a compensação de prejuízos deverá obedecer à regra de equivalência entre os tipos de operação: prejuízos provenientes de operações de day trade só podem ser compensados com ganhos de day trade, e operações de swing trade só compensam prejuízos de swing trade.

Day trade é um tipo de operação na bolsa de valores em que a compra e a venda de ações são realizadas no mesmo dia. Diferente do day trade, o swing trade mantém posições por dias, semanas ou até meses, aproveitando movimentos de preço mais significativos.

Agora que você já sabe como pagar menos imposto, aproveite para aumentar os seus aportes!

Bons investimentos!

Hellen Vidal é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP® (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro.

E-mail: hellenvgui@hotmail.com

As respostas refletem as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico ou da Planejar. O jornal e a Planejar não se responsabilizam pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações. Perguntas devem ser encaminhadas para:

consultonofinanceiro@planejar.org.br

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Tributação em ativos com perfil de longo prazo

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188239?page=20§ion=1>

Impacto da guerra no Oriente Médio faz Lula insistir em reforma de conselho da ONU - COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS

A escalada do conflito no Oriente Médio, com a entrada dos Estados Unidos na guerra entre Israel e Irã, fez o governo brasileiro insistir na pregação pela reforma do Conselho de Segurança da ONU. Na avaliação do presidente Lula, que passou os últimos dias em conversas com o chanceler Mauro Vieira e com o assessor Celso Amorim, o quadro de tensão global reflete a incapacidade do colegiado de conter tragédias humanitárias. Em nota divulgada ontem pelo Itamaraty, o Brasil destaca a urgente necessidade de solução diplomática, sob o argumento de que a guerra pode causar "danos irreversíveis" para a paz, a estabilidade e o desarmamento nuclear. A preocupação do governo, no entanto, vai além. Se o Irã cumprir a ameaça de fechar o estreito de Hormuz, o mundo todo sentirá os seus efeitos.

O BOLSO. "O Conselho de Segurança da ONU é um tigre sem dentes", comparou Leonardo Trevisan, professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Para ele, porém, a grande arma do Irã não é nuclear, mas econômica. "Quase 30% do petróleo produzido no mundo passa por Hormuz".

O ARGUMENTO. Projeções do JP Morgan indicam que o preço do barril pode atingir US\$ 120. "Diante dessa situação, a China, que costuma falar de boca fechada, principalmente com Donald Trump, deve mostrar o risco de recessão, mesmo nos EUA", afirmou Trevisan.

O POSIÇÃO. Já o ex-chanceler Aloysio Nunes disse não saber avaliar o impacto da guerra para o Brasil. "Tudo isso é um horror. Quem preza o direito internacional como expressão da razão fica chocado com essa prevalência da lei do mais forte", reagiu.

ESPERANÇA. A defesa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, réu na ação do golpe, está confiante de que o general Marco Antônio Freire Gomes, ex-comandante do Exército, vá recuar nas acusações feitas contra ele. Os dois participarão de uma acareação no STF, amanhã.

O MOTIVO. A aposta da defesa de Torres ocorre porque Freire Gomes atenuou sua versão no depoimento ao Supremo. Em 2024, o general disse que o ex-ministro dava "suporte jurídico" à trama golpista e que a minuta discutida por Jair Bolsonaro com os militares era a mesma apreendida pela PF na casa de Torres. Em abril, afirmou não ter certeza se era o mesmo documento.

O CARTADA. "A perícia vai demonstrar que a minuta do Google, encontrada na residência do ex-ministro, nada tem a ver com a supostamente discutida com os comandantes militares", disse o advogado Eumar Novacki.

O PAUTA. O PL de Bolsonaro sustenta que o novo projeto para reduzir penas dos condenados do 8 de Janeiro será apresentado na Câmara antes do recesso de julho. Mas a base de Lula acha que a proposta será ofuscada pela CPI do **INSS** sobre os mais de R\$ 6 bilhões de descontos indevidos dos aposentados.

O FALANDO NISSO. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), preferia que a comissão nem fosse instalada. "Na minha opinião, essa CPI vai terminar em pizza, como a do 8 de Janeiro, porque o PT vai cooptar todo mundo", previu ele.

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
Impacto da guerra no Oriente Médio faz Lula insistir em reforma de conselho da ONU

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Brasil envelhecido terá mais do que o dobro de beneficiários de BPC até 2060, projeta o governo

BRASÍLIA - O governo projeta um crescimento acentuado do Benefício de Prestação Continuada (BPC), um tipo de aposentadoria paga a idosos muito pobres e pessoas com deficiência, que tende a mais do que dobrar a quantidade de beneficiários em 34 anos. Estimativas feitas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), anexadas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, mostram que o número de pessoas que recebem o BPC vai saltar de 6,7 milhões em 2026 para 14,1 milhões em 2060 - uma alta de 111%.

Com mais beneficiários, e considerando que o valor do BPC é de um salário mínimo, a projeção do custo do programa entre 2026 e 2060 é de uma elevação de 11 vezes, passando de R\$ 133,4 bilhões para R\$ 1,5 trilhão no período.

As projeções do MDS apontam que, em 2026, a expectativa é de que haja 2,7 milhões de idosos recebendo o benefício, ao passo que o número de pessoas com deficiência soma 3,9 milhões.

Um dos fatores que preocupam o governo é o aumento da concessão de benefícios para esse público, sobretudo por via judicial. Na quarta-feira, 18, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse que vê com preocupação a derrubada do veto presidencial sobre o BPC, justamente pelo crescimento da despesa e como ela pressiona os demais gastos, e explicou que o governo busca uma solução para padronizar as concessões judiciais.

A tendência, mostram os dados do MDS, é de que o número de pessoas com deficiência recebendo o BPC seja superior ao de idosos até 2045. Esse quadro vira a partir de 2046, quando cada público deverá ter cerca de 5,5 milhões de beneficiários.

Com o envelhecimento da população, a quantidade de pessoas com mais de 65 anos recebendo o BPC vai chegar a 7,9 milhões em 2060. Já as pessoas com deficiência no programa somarão 6,2 milhões, conforme as projeções do MDS.

Essas projeções de longo prazo levam em conta o cenário de concessão e cessação dos benefícios,

entre 2026 e 2060, considerando o perfil demográfico e critérios que já adotados pela **Previdência Social**, para os valores dos benefícios. Em relação às concessões, há uma ressalva de que a incidência de vulnerabilidade social da população pode mudar a dinâmica para novos beneficiários.

O economista e pesquisador do FGV/Ibre Daniel Duque destaca que esses dados mostram o alto envelhecimento da população. Nesse caso, não há garantia de aumento das contribuições para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), tampouco um reflexo da situação do mercado de trabalho, com mais informalidade.

Em relação à diminuição de indicadores de pobreza como um todo, ele aponta que esse é um cenário em que há facilitação do acesso à Justiça na busca pelo benefício.

Na avaliação de Duque, o BPC tem um problema histórico de focalização, principalmente na comparação com o Bolsa Família. A principal diferença está no valor do benefício - de um salário mínimo -, mas também nos requisitos para receber esses valores. Ele cita a possibilidade de receber mais de um BPC por família.

O BPC nunca foi bom de focalização. Com a situação, é bem pior. Não só por causa de judicialização, em que muitas vezes quem recorre, quem acessa e quem tem decisões favoráveis da Justiça está muito além de uma situação de pobreza, ou mesmo de vulnerabilidade. E, além disso, a gente tem a regra que começou a permitir mais de um BPC por família, afirma.

Questionado sobre a nota técnica, o MDS respondeu, por nota, que o crescimento recente do BPC reflete alterações legislativas e normativas, mas destacou a modernização da gestão do programa como um meio de ampliar a efetividade. A ampliação do acesso representa um avanço significativo na proteção social, alcançando grupos anteriormente amparados apenas por mecanismos privados, diz a pasta, reforçando o compromisso do governo em combater a vulnerabilidade e desigualdade social.

Embora o impacto do BPC na redução da pobreza entre idosos e pessoas com deficiência seja expressivo, destaca-se também seu papel na diminuição das desigualdades econômicas. Diferentemente de outros programas assistenciais, o BPC contribui de forma mais eficaz para a superação da pobreza, por estar indexado ao salário mínimo - característica que o torna uma das transferências de renda mais progressivas do governo , afirma o MDS.

O governo vem promovendo medidas visando à contenção do avanço dessa despesa e incluiu o BPC no anexo de revisão de gastos, também encaminhado com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) . A expectativa é de que essas ações, que miram sobretudo os cadastros, gerem R\$ 15,4 bilhões de economia entre 2025 e 2029.

O Ministério do Planejamento afirma que o BPC é política pública essencial para a proteção social, mas que acompanha a elevação dos gastos. As medidas em curso incluem a revisão bienal para avaliação das condições que originaram o benefício, um processo que não era feito de forma sistemática.

A pasta reconhece que o crescimento recente se concentra nos beneficiários com deficiência que buscam o BPC na Justiça e também reflete a redução da pobreza e aumento da longevidade, e que busca aprofundar as avaliações para compreender o que influencia o comportamento do programa.

Dentre eles, destacam-se os efeitos da informalidade no mercado de trabalho, que pode aumentar a demanda por benefícios assistenciais, e os impactos de reformas previdenciárias e trabalhistas, especialmente a Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência) , que podem ter alterado os incentivos e o perfil dos requerentes ao BPC. Esses estudos visam subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficientes e sustentáveis, conciliando a necessária proteção social com a responsabilidade fiscal e o uso racional dos recursos públicos , diz a pasta em nota.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/brasil-envelhecido-tera-mais-do-que-o-dobro-de-beneficiarios-de-bpc-ate-2060-projeta-o-governo,c6242276d51c76dff4da28bcb2cc913ezup00lv5.html>

CONFLITOS - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Os conflitos de guerra que hoje assistimos no planeta Terra nos amedrontam e entristecem, por sabermos que inocentes são sacrificados e a destruição de lares constituídos na esperança de uma paz duradoura e vida digna, desaparece repentinamente para satisfação dos que comandam a desagregação, a intolerância, o mal-estar, a perversidade. O mundo todo está em desespero ao ver o desmoronamento de um sistema constituído do bom senso, da governabilidade, da coerência, da respeitabilidade, da solidariedade, da liberdade principalmente. Não podemos e nem devemos viver pressionados pela injustiça. Devemos sim, viver com dignidade, livres de ações opressivas que somente promovem a desgraça do ser humano.

CONSIGNADO

O empréstimo consignado concedido aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) não traz benefício e sim endividamento. Facilitar a sua concessão somente favorece o Sistema Financeiro. Não é o consignado que vai beneficiar o segurado, mas a correção devida e digna de proventos das aposentadorias e pensões, conforme consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Elevar ou baixar as taxas de juros não resolve as condições que se encontram hoje aposentados e pensionistas, sem as mínimas possibilidades de manter uma qualidade de vida que esperavam ter quando saíssem do mercado de trabalho para gozar uma aposentadoria compensadora, resultado da contribuição financeira que fizeram para o Sistema Previdenciário.

CORREÇÃO

Corrigir essa discriminação, impropriedade e desigualdade é o que deveria acontecer, respeitando-se os direitos fundamentais consagrados na Carta-Magna, principalmente, a igualdade na concessão dos reajustes dos benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Não adianta alardear que a **Previdência Social** é insustentável ou falida. A conta **Seguridade Social**, com os recursos financeiros que arrecada e disponibiliza em orçamento para custear as despesas decorrentes com saúde, assistência social e **previdência social**, assegura com folga o pagamento, desde que não se utilize e esses recursos para cobrir outras obrigações governamentais. É hora para se corrigir o malfeito que

acontece há mais de três décadas. Solução: aprovação imediata do Projeto de Lei número 4434/2008.

APROVAÇÃO

Os deputados federais deverão de refletir sobre os danos que vêm causando aos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), a decisão ocorrida no governo Fernando Collor de Mello, quando promoveu a desvinculação do reajuste dos proventos das aposentadorias e pensões do mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo. É uma situação constrangedora o que passam as cidadãs e cidadãos brasileiros atingidos injustamente. O Projeto de Lei número 4434/2008, que dispõe sobre a atualização e regularização do malfeito, precisa de aprovação de suas excelências e homologação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

REIVINDICAÇÃO

Vamos lembrar o caminho percorrido por essa reivindicação dos aposentados e pensionistas. Começou com o Projeto de Lei nº 58/2003 que, após cinco anos de tramitação, foi aprovado por unanimidade no Senado Federal. Encaminhado à Câmara dos Deputados, recebeu o número 4434/2008. Em 2009, na Comissão de **Seguridade Social** e Família foi analisado e recebeu a aprovação unânime dos seus componentes, conforme informado no Ofício nº0725/2009-P, a seguir transcrito: "PL-4434/2008 (do Senador Paulo Paim) - que dispõe sobre os reajustes dos benefícios mantidos pelo Regime Geral de **Previdência Social** e o índice de correção previdenciária. Relator: Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). Aprovado em 29 de abril de 2009".

ENSINO

O ensino sobre o envelhecer tem a sua inserção prevista na Lei de Política Nacional da Pessoa Idosa, número 8.842, de 4 de janeiro de 1994 e Estatuto da Pessoa Idosa, número 10.741, de 1º de outubro de 2003. Este ensino, como estabelecido, será inserido nos currículos dos diversos níveis do ensino formal, fundamental e médio e nas universidades como disciplinas obrigatórias de Gerontologia Social e Geriatria. É premente que esta inserção aconteça. O Brasil não é mais um país de jovens. É sim, uma população que envelhece com celeridade e o

envelhecimento precisa ser ensinado em todos os níveis educacionais. Basta cumprir o estabelecido na legislação vigente. Agradecemos.

AMOR

"O amor é a única luz que ilumina incessantemente o mundo às escuras" (Papa Francisco).

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Mercado financeiro fica mais apreensivo

» ROSANA HESSEL » RAFAELA GONÇALVES

A escalada das tensões geo-políticas no Oriente Médio tem provocado apreensão no mercado financeiro global. Agora, com a entrada oficial dos Estados Unidos no conflito entre Israel e Irã, na noite de sábado, a tendência é de maior volatilidade a partir desta semana.

Após o bombardeio norte-americano contra as instalações nucleares no Irã, o Parlamento iraniano aprovou o fechamento do Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, responsável pelo escoamento de 20% a 30% do petróleo e do gás natural consumidos no mundo. Com isso, a expectativa é de nova escalada nos preços do petróleo, com o barril voltando a ficar acima de US\$ 100, além de alta nos juros futuros e no câmbio, de acordo com especialistas. Para eles, tudo vai depender de quanto tempo esse conflito deverá durar. Se for rápido, os impactos serão amenizados, e o Brasil, como também é um produtor de petróleo, pode sentir menos na **inflação** doméstica. Caso contrário, a tendência é maior incerteza na economia global e pressões inflacionárias mais persistentes.

"As repercussões serão bem sérias. Como o Irã já aprovou o fechamento do Estreito de Ormuz, vamos ter uma alta significativa dos preços do petróleo, os juros subindo. Vai ser um dia difícil" avaliou o economista e consultor André Perfeito. Para ele, o petróleo pode subir entre 20% e 40% rapidamente devido ao bloqueio iminente no Golfo Pérsico. Além disso, o dólar deve disparar na esteira do aumento do ruído global. "Contudo, sugiro mais uma vez cautela, lembremos que o Brasil tem relação positiva com petróleo uma vez que somos grandes produtores" disse.

Na sexta-feira, o barril do petróleo tipo Brent encerrou o dia cotado a US\$ 77,27 e, na noite de ontem, subia 2,6% nos mercados asiáticos. Perfeito prevê uma primeira alta no barril do petróleo para o patamar de US\$ 92, alta de 20% em relação ao patamar atual. Para ele, se o conflito se alongar, será possível testar o pico do preço do barril em maio de 2022, quando foi negociado a US\$ 111, ou seja, 40% de alta em relação aos patamares atuais.

Eduardo Velho, economista--chefe da Equador Investimentos, reconheceu também que o mercado estará mais tenso a partir de hoje. "O cenário nos mercados vai ser muito ruim para as bolsas. O petróleo deve subir forte, mas o dólar deve subir

pouco. A maior demanda dos investidores internacionais vai ser por ouro, commodities metálicas e títulos da dívida alemã" apostou Velho. Ele ressaltou que, diante da expectativa de fechamento do Estreito de Ormuz, com a entrada dos EUA no conflito, a tendência é de escalada nos preços do petróleo. "Vai ocorrer um ajuste forte no preço do barril diante do cenário de intervenção", afirmou. No entanto, Velho destacou que haverá pouca pressão no dólar devido ao diferencial dos juros, que tem contribuído para o dólar ficar em torno de R\$ 5,50 atualmente. Mas, segundo ele, a tendência é de que a divisa norte-americana volte a ficar mais valorizada daqui para frente.

O economista Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central e professor adjunto da George Washington University, em Washington, também não tem dúvidas de que o petróleo deverá subir, mas ponderou que, para cenários extremos, isso deverá ocorrer "se houver uma resposta muito forte do regime iraniano", o que ele não vê muito provável. Volpon enumera dois cenários possíveis após a escalada desse conflito no Oriente Médio. O primeiro - e mais provável - com o regime iraniano retomando as negociações ao ver que seria o fim entrar em uma guerra contra os EUA e Israel. "Lembrando que o regime não goza de grande popularidade e que há caos administrativo e Donald Trump (presidente dos EUA) ainda quer um acordo. Neste caso, qualquer impacto no petróleo deve ser moderado, até porque o Arábia Saudita pode e deve compensar qualquer queda de produção do Irã", frisou.

Já o segundo cenário - e menos provável-ocorreria se o Irã resolver brigar com os EUA, desencadeando uma guerra aérea. "O grande risco seria alguma tentativa de ataque nos EUA, aí, entraríamos em uma crise mesmo, sem poder avaliar as consequências ainda" disse Volpon.

A cientista política Cristina Pe-cequilo, professora de política internacional da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), alertou para o risco de um conflito mais duradouro, que tende a aumentar as condições de instabilidade global. "Também pode gerar impactos negativos internos para Trump, que já enfrenta questionamentos sobre o excesso de intervenção internacional que vem realizando. E prejudica as negociações prévias com outros países da região, à medida que afeta a credibilidade perante outras nações do mundo árabe", avaliou.

Apesar de China e Rússia virem demonstrado apoio

político e estratégico ao Irã, ante o apoio dos EUA a Israel, o risco de uma terceira guerra mundial é considerado baixo por analistas internacionais, mas não é descartado. "O termo terceira guerra mundial precisa ser usado com cuidado. É pouco provável que tenhamos uma guerra envolvendo todas as potências mundiais, os conflitos ocorrem em locais-chave dos interesses das potências, mas a probabilidade de um embate direto entre elas é baixa", ponderou Pecequilo.

Embora o Brasil esteja geograficamente distante da zona de conflito, são muitas as preocupações com os possíveis desdobramentos desse conflito geopolítico. O país ainda depende da cotação internacional para a formação dos preços da gasolina e do diesel, e esse movimento pode alimentar a **inflação** e dificultar o trabalho do Banco Central na condução da política monetária, destacam os especialistas.

Cautela

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, realizada na semana passada, o BC elevou a taxa básica da economia (Selic) em 0,25 ponto percentual, para 15% ao ano. Foi o sétimo aumento consecutivo, elevando os juros básicos ao nível mais alto desde julho de 2006. No **comunicado**, o Copom sinalizou que, caso o cenário econômico se

confirme, esse aumento pode ser o último do ciclo de alta da Selic iniciado em setembro de 2024. Contudo, diante desse novo cenário global, a autoridade monetária pode ser forçada a adotar uma postura mais cautelosa, adiando cortes na Selic ou, até mesmo, considerando a necessidade de elevações, caso os efeitos inflacionários persistam.

"O Banco Central, mesmo reconhecendo que choques de oferta são, a princípio, transitórios, tende a manter os juros elevados se houver risco de repasse contínuo para os preços administrados e difusão para os núcleos de **inflação**. Isso se intensifica se houver deterioração nas expectativas inflacionárias ou valorização do dólar por fuga para ativos seguros, o que encarece importações", explicou o economista Otto Nogami, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

André Perfeito avaliou que foi bom que o BC tenha aumentado a taxa Selic, na semana passada, para 15% ao ano. "Essa postura mais cautelosa pode ser útil agora" pontuou.

Nogami alertou ainda que o principal canal de impacto desse conflito na **inflação**, que pode dificultar o trabalho do Banco Central, é o preço internacional do petróleo. "Um aumento no Brent eleva o custo da gasolina, diesel e gás natural importado. Como esses

in-sumos impactam o transporte e a produção, há efeitos secundários sobre os preços de alimentos, fretes, plásticos e fertilizantes, muitos derivados de petróleo e gás. Além disso, pressiona a conta-corrente via aumento do custo de importações energéticas", explicou.

Desde o início do ano, o preço dos combustíveis vinha mostrando uma tendência de queda, o que levou a Petrobras a reajustar o valor da gasolina no início de junho. Segundo o professor do Insper, em caso de uma escalada nas cotações do petróleo, a estatal ainda pode segurar um aumento dos repasses para os consumidores, mas haverá custos. "O governo pode, portanto, segurar repasses por motivos políticos, mas isso pode gerar prejuízos para a empresa ou distorções no mercado, como de-sabastecimento, aumento da importação privada ou judicialização por concorrentes", acrescentou o acadêmico.

Agronegócio

O Oriente Médio consolidou-se como um dos principais destinos das commodities agrícolas brasileiras. Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes Unidos estão entre os principais compradores de carne bovina, frango, soja e açúcar produzidos no país.

Para o pesquisador do Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Leonardo Paz, a escalada do conflito também pode afetar a logística nos portos de entrada, elevar custos de seguro e transporte, além de comprometer a demanda caso haja recessão regional.

"É possível que haja impactos, especialmente em um cenário mais extremo, como o fechamento do Estreito de Ormuz ou a mili-tarização completa da região. Esse tipo de instabilidade dificultaria a logística de exportação brasileira para esses países, que são consumidores médios do Brasil", disse.

Embora esses mercados não estejam entre os 10 maiores compradores do agronegócio nacional, são consumidores relevantes. Portanto, eventuais bloqueios na rota marítima podem comprometer o escoamento de grãos e proteínas, afetando contratos e elevando custos. Além disso, uma eventual radicalização do conflito pode fechar mercados ou criar embargos temporários. O real também pode se depreciar diante do risco global, afetando a competitividade das exportações - o que pode ser bom para o agronegócio, mas pressiona os in-sumos importados.

Apesar do cenário de alerta, por ora, o agro segue em alta, impulsionado pelo aumento das vendas para a

China, em meio às tensões tarifárias com os EUA. "Mas, em um cenário geopolítico mais grave, o Oriente Médio pode se tornar um ponto sensível para as exportações agrícolas brasileiras", avaliou Paz.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7498/23-06-2025.html?all=1>

O juro a 15%, o efeito sobre o câmbio e o impacto fiscal - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

A Selic chegou a 15% ao ano, com a alta de 0,25 ponto percentual promovida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na semana passada. É uma taxa elevadíssima- descontando a **inflação** projetada para os próximos 12 meses, é um juro real de 9,8%, que encarece o crédito e inibe decisões de investimento das empresas. Quando o ciclo de alta da Selic começou, em setembro do ano passado, não se esperava que a taxa subiria tanto- mesmo em novembro, os mais cautelosos ainda viam o juro um pouco acima de 13%. No entanto, expectativas de **inflação** acima da meta de 3% para este e para os próximos anos, uma atividade econômica que demora a perder fôlego e incertezas fiscais persistentes levaram o BC a aumentar a taxa para 15%, e a indicar que pretende mantê-la no atual nível por um "período bastante prolongado". Um juro dessa magnitude deverá reduzir o ritmo de crescimento da economia nos próximos trimestres, contribuindo ainda para fortalecer o real em relação ao dólar-ou pelo manter a taxa de câmbio perto de R\$ 5,50-e aumentando o já elevado custo da dívida pública.

O comportamento recente do câmbio alivia parte das pressões inflacionárias, o que pode colaborar para o ciclo de queda da Selic não tardar muito, começando talvez no fim de 2025. O dólar fechou na sexta-feira em R\$ 5,5248, recuando 10,6% no ano. Estimativas do economista Fábio Romão, da LCA 4Intelligence, dão uma ideia de como o câmbio pode ajudar-ou atrapalhar-a tarefa do BC de combater a **inflação**. Ele projeta um IPCA de 53% neste ano e de 4,5% no ano que vem, trabalhando com um dólar de R\$ 5,70 no fim de 2025 e de 2026. Se a moeda ficar em R\$ 5,50 no fim deste ano e do ano que vem, as projeções de Romão para o IPCA ficam em 5,1 % e 4,18%, pela ordem. Se o dólar, porém, atingir R\$ 6 no encerramento de 2025 e de 2026, as previsões sobem para 554% e 4,97%.

Com a Selic nas alturas e um dólar que perde força no cenário internacional, o real tem ganhado terreno. Alguns analistas veem espaço para o fortalecimento adicional da moeda, o que poderia facilitar o trabalho do BC de trazer o IPCA para um nível menos distante da meta de 3%. Há também um efeito fiscal do real mais forte-uma valorização de 1 % do câmbio reduz os gastos financeiros do governo geral em R\$ 10,7

bilhões, segundo estimativas do Banco Central para o impacto sobre a dívida bruta.

Incertezas sobre as contas públicas, contudo, impedem uma queda ainda mais forte do dólar. O governo tem dificuldades para cumprir as metas do arcabouço fiscal, cujas regras em si já são insuficientes para estabilizar a dívida pública como proporção do **PIB**.

Sem enfrentar o crescimento das despesas obrigatórias e reduzir os benefícios fiscais, o endividamento público seguirá em alta. De qualquer modo, a combinação de juros elevados e o dólar em queda no cenário global tem feito o real se valorizar. O agravamento do conflito no Oriente Médio entre Israel e Irã, que escalou com a entrada dos EUA, tende a pressionar os preços do petróleo, uma má notícia para a **inflação**, mas o câmbio mais valorizado atenua esse impacto.

Outro efeito dos juros elevados é aumentar as já enormes despesas financeiras do setor público. Taxas altas que incidem sobre uma dívida muito grande resultam em gastos com juros pesadíssimos, que se aproximam de R\$ 1 trilhão no acumulado em 12 meses. Nessa métrica, até abril, as despesas líquidas com juros, que mostram a diferença entre os valores financeiros pagos e recebidos pelo setor público, ficaram em R\$ 928,3 bilhões, ou 7,71 % do **PIB**. Nas estimativas do próprio BC, a alta de 1 ponto percentual da Selic, mantida por 12 meses, tem um custo de R\$ 55 bilhões no caso da dívida líquida do setor público consolidado, que inclui União, Estados, municípios e estatais não financeiras, com exceção de Petrobras e Eletrobras.

No caso da dívida bruta, que engloba União, Estados e municípios e não desconta ativos como reservas internacionais, o efeito é de R\$ 50 bilhões.

Os gastos com juros do Brasil destoam dos de outros países. Números do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre juros pagos sobre a dívida pública mostram que, em 2023 (dado mais recente disponível), eles ficaram em 83% do **PIB** no caso brasileiro, o mais alto, de longe, de um grupo de 144 países. Depois do Brasil aparecem o Paquistão, com 6,8% do **PIB**, e o México, com 63% do **PIB**. Esses indicadores obviamente causam preocupação.

Diminuir esses gastos deve ser uma prioridade do governo, mas sem voluntarismo, com cortes apressados da Selic. Para reduzi-los, é fundamental atacar o crescimento dos gastos obrigatórios.

Os números do FMI também mostram que o Brasil é um país que tem despesas primárias (não financeiras) elevadas quando comparada a outros emergentes.

Em 2023, esses gastos chegaram a 37,3% do **PIB** no caso brasileiro, bem acima dos 26,3% do **PIB** do Chile e dos 23,7% do **PIB** da Índia, e também superior aos 23,3% do **PIB** da China, aos 30,8% do **PIB** da Colômbia ou aos 35,8% do **PIB** da Rússia. Além de despesas primárias elevadas, a dívida brasileira é alta e está em trajetória crescente, não devendo se estabilizar nos próximos anos. O endividamento bruto brasileiro atingiu 76,2% do **PIB** em abril e deverá alcançar 79,8% do **PIB** no fim deste ano e 84% do **PIB** no fim do ano que vem, estima a Instituição Fiscal Independente (IFI). Pelos critérios do FMI, que considera no cálculo da dívida bruta os títulos do Tesouro na carteira do BC, o indicador deve ficar em 92% do **PIB** neste ano. A média da dívida bruta dos emergentes deve ser de 74,8% do **PIB** em 2025, e a dívida líquida, de 46,6% do **PIB**, nas previsões do Fundo. Em abril, o endividamento líquido do Brasil ficou em 61,7% do **PIB**.

Os gastos primários e os dispêndios com juros do Brasil são elevados e preocupantes. A agenda da contenção de despesas é essencial para diminuir as incertezas fiscais, abrindo espaço para a redução estrutural da Selic. O câmbio valorizado e a desaceleração da economia deverão permitir algum momento o começo do ciclo de queda dos juros, mas o recuo da taxa será limitado se nada for feito para conter a expansão dos gastos, o que depende principalmente do Executivo, mas também do Congresso e do Judiciário. Sem isso, a Selic pouco cairá, e o Brasil vai continuar agastando bilhões e bilhões de reais com juros.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188239?page=20§ion=1>

Petróleo dispara com bombardeios e pode travar baixas de juros

A economia global inicia a semana sob o impacto do ataque dos Estados Unidos a instalações nucleares iranianas, no sábado. O bombardeio aumentou as preocupações sobre os preços internacionais do petróleo, que já acumulavam alta acentuada este mês, num cenário econômico internacional já fragilizado desde o tarifaço de Donald Trump.

Economistas ouvidos pelo GLOBO avaliam que a pressão sobre a commodity será grande, pelo menos nos próximos dias, mas é difícil fazer apostas sobre a dimensão e durabilidade da alta. No curto prazo, os bancos centrais que já estavam começando a colocar no radar possíveis quedas nas taxas de juros mais à frente - como o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e o BC brasileiro - deverão travar qualquer discussão neste sentido até que o quadro se estabilize e os efeitos sobre a **inflação** estejam mais claros.

- Em um primeiro momento, qualquer banco central pensando em cortar juros deve ficar pensando mais - alerta ele. -No Brasil, vai depender muito do câmbio e da vontade do BC em interferir. Mas se havia apostas em cortes (de juros) no início do ano que vem, isso deve ser menos precipitado ou retirado da precificação da curva -disse ao GLOBO o ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central Tony Volpon.

Ontem, como reação ao ataque americano, o Parlamento iraniano aprovou o fechamento do Estreito de Ormuz, no Oriente Médio, por onde passa boa parte das exportações de petróleo do mundo. No mercado internacional, a cotação do barril de petróleo do tipo Brent, o mais negociado, subiu 5,7% no início das negociações, a US\$ 81,40. Há um mês, não chegava a US\$ 64. A alta acumulada beira os 25%.

SEM BOLA DE CRISTAL

A ameaça do Irã de fechar o estreito não é de agora. Em várias outras situações de crise internacional os iranianos colocaram no tabuleiro a intervenção na passagem marítima, que é responsável pelo fluxo de cerca de 30% de todo o petróleo comercializado globalmente. O estreito também é crucial para o transporte de gás natural liquefeito (GNL), com 20% do comércio mundial, segundo dados da Agência Internacional da

Energia (AIE). Apesar de o bloqueio ter sido aprovado

ontem pelo Parlamento, ainda precisa passar pelo Conselho Supremo de Segurança Nacional e pelo líder supremo do país, o aiatolá Khamenei.

Segundo Helder Queiroz, do Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da UFRJ, a extensão dos desdobramentos para a economia vai depender do que virá de agora em diante.

- Eu não tenho bola de cristal, ninguém tem, mas uma alta nesta segunda-feira de US\$ 5 a US\$ 10 ou até mais (no preço do barril) não será surpresa, ponderando que o petróleo fechou a US\$ 77 na sexta-feira, contra US\$ 88 há um ano -afirma ele. -Mas é preciso lembrar que, em 2022, no início do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o preço do petróleo superou US\$ 120 e isso levou a uma **inflação** mundial imensa.

David Zilberstajn, ex-di-retor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e professor da PUC-Rio, lembra que o petróleo já foi cotado acima de US\$ 100 em diversos momentos e "as economias sobrevivem" e "não há um desarranjo profundo".

-O problema não é o preço nem a disponibilidade de petróleo no mundo, mas a questão geopolítica. Se o Irã fizer algo agora, vai acarretar reação. Mas quem apoiaria o Irã? Acho que Rússia e China não fariam isso - questiona ele. - É uma questão multidimensional, com fatores logísticos, de rearranjo de oferta, cadeia de produção e, momentaneamente, de alta de preço.

Para ele, ao menos nos últimos 50 anos não há modelo confiável que acerte o preço futuro do petróleo, mas há efeitos previsíveis:

- Há sempre muita especulação, muito chute. Tem sempre muita gente interessada no preço de uma commodity que impacta o mundo. Muita gente vai ganhar dinheiro -observa. - Para os americanos, por exemplo, viabiliza projetos de petróleo que ficaram parados (com a queda de preço). São milhões de interesses cruzados. Demanda cautela. Pode ter um solução, no primeiro momento, que muitas vezes não dura uma semana.

EUA FAZEM APELO À CHINA

Zilberstajn avalia que, mesmo a China, que hoje compra a maior parte de seu petróleo do Irã, não ficará sem a commodity, porque a tendência é que outros produtores supram a demanda do país asiático. Ontem, o secretário de Estado dos EUA,

Marco Rubio, pediu que a China pressione o Irã a não fechar o Estreito de Ormuz.

Queiroz, da UFRJ, avalia que o Brasil pode ter algum ganho num cenário de alta de preços.

-O preço alto traz um conforto para o travesseiro do (Fernando) Haddad (ministro da Fazenda), com arrecadação de royalties mais alta. Daria um certo respiro (nas contas). Também melhora a balança comercial -pontua Queiroz. -De outro lado, afeta a **inflação**. A Petrobras tem sido cautelosa em repasse de preço (dos combustíveis), mas teria de subir em algum momento -afirmou Queiroz.

(Com agências internacionais)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Agro não salva produtividade da estagnação no 1- tri

O salto na produtividade da agropecuária brasileira no primeiro trimestre deste ano, em meio a nova safra recorde, não foi suficiente para puxar a produtividade da economia como um todo no período, apontam dados do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) antecipados ao Valor.

A produtividade por hora efetivamente trabalhada agregada ficou estagnada entre janeiro e março de 2025, na comparação com o mesmo período do ano anterior, após cair 0,5% no quarto trimestre de 2024, mas subir 1,2% no primeiro trimestre do ano passado.

A produtividade é calculada pela comparação do valor adicionado - variável próxima ao Produto Interno Bruto (**PIB**), mas que exclui **impostos** e subsídios - com indicadores do fator trabalho. No primeiro trimestre de 2025, o valor adicionado cresceu 2,9%, e as horas efetivamente trabalhadas, também - daí o resultado zerado da produtividade.

Como as horas habitualmente trabalhadas e a população ocupada cresceram um pouco menos do que o valor adicionado no período (2,3% cada uma), a produtividade por essas outras duas métricas até avançou no primeiro trimestre de 2025: 0,5% e 0,6%, respectivamente, ante o mesmo período de 2024.

As horas efetivamente trabalhadas, no entanto, são as que refletem um quadro mais fidedigno do mercado de trabalho, já que podem incluir reduções por motivo de doença, feriado ou cortes de jornada, como os realizados em meio à pandemia, bem como aumentos por causa de picos de produção e compensação de horas não trabalhadas.

A produtividade por hora efetiva da agropecuária subiu 14% no primeiro trimestre de 2025, ante período equivalente de 2024, mas a de serviços caiu 1,4% e a da indústria recuou 0,8%.

"Tem uma notícia positiva sobre o agro, o que já era esperado, mas outros setores, que têm peso maior, têm um dado não tão bom", afirma Silvia Matos, coordenadora do observatório e autora dos cálculos junto com os pesquisadores Fernando de Holanda Barbosa Filho e Paulo Peruchetti.

Ela destaca sobretudo o setor de serviços, que reúne

cerca de 70% do total do emprego no país. As horas efetivamente trabalhadas no segmento cresceram 3,5% no primeiro trimestre de 2025, ante igual período de 2024, mas o valor adicionado avançou apenas 2,1%. A título de comparação, as horas efetivas no agro até caíram 3,3% no período, mas, ainda assim, o valor adicionado subiu 10,2% - ou seja, a agropecuária produziu mais com menos.

"O setor de serviços é o que mais preocupa. Tem muito emprego, uma força de contratação, mas gerando pouco valor adicionado. É muito limão para pouca limonada", afirma Matos.

Em relação ao quarto trimestre de 2024, a produtividade por hora efetiva agregada subiu 1,5%. Ela ainda está 2,6% acima do nível pré-pandemia. "Isso já era esperado no início de ano, quando a gente faz o ajuste sazonal, dado que a agro tem participação relevante no período", diz Matos.

Medida de eficiência com que os fatores capital e trabalho se transformam em produção, a produtividade total dos fatores (PTF) por hora efetiva, por sua vez, caiu 0,8% no primeiro trimestre de 2025, na comparação com igual período de 2024. Por essa métrica, a PTF vem caindo desde o quarto trimestre de 2023. Em relação aos três meses imediatamente anteriores, a PTF do primeiro trimestre de 2025 por hora efetiva subiu 1,2%, mas ainda encontra-se 4,5% abaixo do nível pré-pandemia.

"Na PTF, o desafio é ainda maior. Se não houvesse um aumento de capital humano, o resultado seria pior. Mas temos um problema de qualificação e, ao mesmo tempo, os ambientes macro e de negócios geram ineficiências. Há muitos desequilíbrios, uma taxa de juros muito alta para uma questão fiscal crônica, que não deve ser resolvida tão cedo. O investimento poderia crescer muito mais", diz Matos.

Ela pondera que, ainda que apresente um resultado "super-bom", a agropecuária deve registrar neste ano um crescimento mais fraco do que em 2023 e 2017, o que contribui para a perspectiva de uma produtividade agregada mais morna este ano. No primeiro trimestre de 2023, por exemplo, a produtividade por hora efetiva da agropecuária cresceu em torno de 30%, o dobro do observado agora.

"Provavelmente, o segundo trimestre deste ano também vai ser positivo no interanual, mas também mais fraco do que em 2023.

Aquele foi um ano muito positivo para agro e que não vai se repetir. E, em 2023, mesmo outros setores mostraram crescimento da produtividade; foi mais espalhado. Esse ano, provavelmente, isso deve ficar mais concentrado", diz Matos.

Assim, olhando à frente, ela afirma que a tendência para 2025 deve ser de uma produtividade agregada ligeiramente positiva, com um crescimento de até cerca de 0,5%, ou próxima de zero. "Um resultado negativo é possível, mas menos provável. De qualquer forma, parece que estamos começando bem como em 2023, mas, pela composição e pela menor força do agro, não deve ser suficiente para a produtividade fechar o ano com uma alta como aquela", afirma.

O reflexo de muito emprego com salários crescendo acima da produtividade é **inflação**, alerta Matos. "Quando olhamos a **inflação** de núcleos de serviços e serviços intensivos em mão de obra, é uma pressão grande e que mostra certo desequilíbrio", diz.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188239?page=20§ion=1>

Crescimento do Brasil ainda é vantagem, mas país precisará passar por reformas

Fernanda Guimarães De São Paulo

O crescimento da economia, a despeito do longo ciclo de aperto monetário, é uma das vantagens do Brasil, mas a expansão poderia ser exponencial se o país encarasse reformas estruturantes. Em entrevista ao Valor durante uma curta visita ao Brasil na semana passada, Richard Gnodde, vice-presidente do Goldman Sachs, e Kunal Shah, co-CEO do Goldman Sachs Internacional (GSI) e co-CEO da área de renda fixa, câmbio e commodities (FICC), afirmaram que o país voltou ao radar dos investidores estrangeiros, algo que tem sido notado na entrada de recursos de fora na bolsa brasileira, mas existe uma preocupação com os juros, que têm sido um fardo para as empresas brasileiras.

"Acho que a vantagem que o Brasil ainda tem é o crescimento. A economia do Brasil pode dobrar, triplicar ao longo de um período. Promover reformas estruturais certas para ajudar a facilitar esse crescimento. Para mim, essa seria a coisa mais importante - assim você pode crescer e superar o desafio fiscal. E essa é uma oportunidade que nem toda economia tem", disse Gnodde. "Ter um crescimento de 2,3% em um ambiente macro ainda bastante difícil só mostra a força do setor privado", acrescentou Shah, em sua sétima visita ao país. Pela primeira vez, ele concedeu entrevista a um veículo de imprensa brasileiro.

A guerra no Oriente Médio traz um ingrediente a mais de imprevisibilidade aos mercados, mas a distância do Brasil em relação ao conflito pode ser benéfica para o país. "Vocês estão longe das áreas específicas de conflito, então as pessoas aqui podem realmente se concentrar nas questões e oportunidades econômicas do país, e talvez gastar menos tempo se preocupando com a geopolítica. De certa forma, é uma oportunidade", afirmou Gnodde. Segundo o executivo, todo o atual pano de fundo global deixou em evidência a necessidade de diversificação de portfólios. "Acho que as pessoas se lembraram de que os Estados Unidos não são a única economia do mundo e não são o único lugar com oportunidades."

Os dilemas brasileiros, as em-

presas e setores, além dos altos e baixos da economia local, são conhecidos pelos investidores estrangeiros,

que já têm uma relação de longa data por aqui, destacou Shah. "Neste momento, [os investidores] estão começando a alocar de volta para o Brasil. Parte disso é por causa dos fundamentos macroeconômicos. As taxas de juros estão muito altas, enquanto a **inflação** tem caído. A última leitura de **inflação** veio abaixo do esperado pelo mercado. Então, olhando para o juro real, é um das mais altos entre as grandes economias globais. E, com uma moeda relativamente estável, isso costuma ser um bom sinal para o câmbio e os fluxos de renda fixa, e também aumenta a confiança", afirmou o executivo. Para ele, em um segundo

momento, chegarão os investidores em ações, assim como outros que assumem risco cambial, algo que já vem sendo observado.

De acordo com o executivo, a situação fiscal pode ter atingido um determinado limite, e será, por isso, necessária uma reversão

para que se evitem cenários recessivos ou descontrole fiscal. "É aí que os freios e contrapesos entram em ação, e você começa a ver o ciclo retornar. Acho que é por isso que o otimismo está surgindo - porque você está atingindo certos limites", disse Shah.

No entanto, ele ponderou que ainda há muitos questionamentos de quando haverá espaço para corte de juros no país. "Embora os juros altos sejam bons para fluxo de capital, impõem um fardo enorme sobre as empresas e a economia. É impressionante como a economia tem sido resiliente e o crescimento continua forte mesmo com juros tão altos. Nossa previsão de crescimento no Brasil é de 2,3%, até acima do consenso. Esse ciclo está duran-

do mais do que muitos imaginavam. Parte disso vem de um gasto fiscal ainda alto - o que preocupa os investidores", destacou.

De acordo com Shah, o desenho eleitoral de 2026 também está na agenda dos investidores, que já começaram a analisar "quais mudanças podem vir ou se haverá continuidade".

Para Gnodde, por outro lado, o número de questionamentos cresceu nas últimas semanas pelos estrangeiros especialmente por conta do decreto do

governo aumentando o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em várias situações - que aparentemente será derrubado pelo Legislativo. "Foi construtivo ver como isso foi revisado. E acho que o 'feedback' [retorno] claramente foi levado em

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188239?page=20§ion=1>

Entrada dos EUA na guerra eleva incertezas

O anúncio feito pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre a entrada do país no conflito entre Israel e Irã acende um alerta para a economia global, com reflexos importantes para o Brasil e o Pará. Segundo economistas ouvidos pelo Grupo Liberal, a escalada no Oriente Médio, região estratégica para o mercado mundial de petróleo, pressiona preços e gera incertezas que impactam diretamente o custo de vida e a competitividade econômica.

Segundo os economistas André Cutrim, doutor em Desenvolvimento Econômico, e Nélio Bordalo Filho, conselheiro do Co-recon PA/AP, o primeiro efeito imediato esperado é o aumento do preço do petróleo, que já se especula poder ultrapassar a

casa dos US\$ 100 o barril, podendo chegar a US\$ 120 caso o Estreito de Ormuz, rota crucial para o transporte da commodity, seja fechado pelo Irã.

"Esse aumento pressiona diretamente os preços dos combustíveis, como gasolina e diesel, o que eleva custos de transporte, produção industrial e alimentos, refletindo-se numa **inflação** crescente", explica Cutrim. Bordalo destaca que "cada US\$ 10 de alta no petróleo pode cortar 0,5% do **PIB** global, elevando a **inflação** e desestimulando o consumo".

Para o Brasil, o impacto imediato pode levar o Banco Central a adotar uma postura mais cautelosa em relação à taxa de juros, buscando conter a **inflação**. A volatilidade cambial deve continuar, com o dólar se valorizando diante do real, dificultando importações e encarecendo a dívida externa.

nopará

Embora distante do epicentro do conflito, o Pará não está imune aos efeitos indiretos. "O aumento no preço do diesel eleva os custos do transporte rodoviário e fluvial, essenciais para o escoamento da produção agrícola, mineral e industrial do estado", explica

Cutrim. Essa alta repercute nos setores de agronegócio, mineração, e logística portuária, reduzindo as margens de lucro.

Além disso, Bordalo alerta para o impacto no bolso da população: "O aumento dos custos de frete faz subir o preço de produtos vindos de outras regiões do País, elevando o

custo de vida no Pará, especialmente em alimentos e bens industrializados".

A valorização do dólar, por outro lado, pode beneficiar as exportações locais de commodities como minério de ferro e soja, mas esse efeito positivo deve ser limitado pela instabilidade e elevação dos custos internos.

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Renúncias fiscais beneficiam a economia local

As renúncias fiscais concedidas ao setor agropecuário e outros segmentos econômicos trazem benefícios ao Pará e impulsionam o desenvolvimento da região, reafirmou a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), em nota pública divulgada na última quarta-feira (18).

No **comunicado**, Carlos Fernandes Xavier, presidente da Faepa, destacou que os incentivos fiscais direcionados à Amazônia - especialmente ao território paraense - possuem respaldo na Constituição Federal e cumprem um papel estratégico para o alcance de diversos objetivos, como a redução das desigualdades sociais e regionais. De acordo com Xavier, esses mecanismos são fundamentais para atingir as metas constitucionais. No caso do setor agropecuário paraense, os incentivos favorecem estratégias de baixo impacto ambiental em áreas rurais. "Cumprir destacar que os incentivos fiscais ao setor agropecuário paraense fornecem resultados concretos e mensuráveis, com impacto direto no aumento do **PIB** estadual, na geração de emprego e renda e na indução de práticas sustentáveis no campo", afirmou Carlos Xavier a O Liberal. O presidente da Faepa ressaltou ainda que a renda gerada é maior tanto para o Estado quanto para a população. "Esses resultados superam, em muito, os valores nominais das renúncias, caracterizando um retorno positivo para a economia e para a sociedade paraense."

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>